

## **TÍTULO**

ENSINO LICEAL PARA GENTE DE CARTEIRA, CÉREBROS CULTOS  
E ENSINO PROFISSIONALIZANTE PARA CARGOS SUBALTERNOS,  
BAIXOS MISTERES  
CABO VERDE, 1911 – 1960

### **Autor:**

Maria Adriana B. G. Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

## RESUMO

Este artigo resulta de uma investigação dedicada ao estudo da educação em Cabo Verde, numa perspetiva histórica. Analisámos a oferta educativa possível, em tempo de submissão colonial, no período da República Portuguesa marcado por um discurso educativo inclusivo e práticas exclusivas e, na época do Estado Novo, caracterizada pelo nivelamento por baixo das aprendizagens escolares. A produção jurídica sobre o sistema escolar, publicada nos Boletins Oficiais do Governo da Província de Cabo Verde, permitiu-nos aceder à retórica oficial e aos contextos de aplicação local das normas (prescrições *versus* realidade). A imprensa periódica facultou-nos registos discursivos carregados de significados e de intenções modeladoras da opinião pública. No Arquivo Histórico de Cabo Verde, as fontes primárias revelaram as práticas que conformavam o quotidiano escolar. A intertextualidade das fontes deu-nos a perceção das contradições entre a retórica oficial, as representações simbólicas e as práticas educativas. A análise dos percursos do ensino primário superior, do ensino técnico-profissional e do ensino liceal, permitiu-nos concluir que o discurso oficial sobre esta problemática contrasta com as dinâmicas locais de resistência a uma política de resignação social patenteada na luta das elites crioulas em prol de um liceu em Cabo Verde.

## PALAVRAS-CHAVE

*Ensino liceal, ensino técnico, conformação social.*

Na presente comunicação analisa-se a configuração de modalidades de ensino profissionalizante e das vias liceal e técnica do ensino secundário, em Cabo Verde, durante a administração colonial. Situamo-nos no período da República Portuguesa, marcado por um discurso educativo inclusivo e por práticas exclusivas e, na época do Estado Novo caracterizada pelo nivelamento por baixo das aprendizagens escolares.

Este texto é o resultado parcial de uma investigação histórica sobre a educação colonial e as práticas discursivas que ilustram o descontentamento das elites crioulas face a uma oferta educativa imposta e restritiva, tanto ao nível elementar como secundário e profissional.

A produção jurídica sobre o ensino e a educação, publicada nos Boletins Oficiais do Governo da Província de Cabo Verde, permitiu-nos aceder à retórica oficial e aos contextos de aplicação local das normas (prescrições *versus* realidade). A leitura da imprensa periódica, editada no arquipélago, facultou-nos o pulsar dos protagonistas do ato educativo (não sendo uma imprensa educacional, muitos dos artigos sobre o ensino foram assinados por professores) em registos discursivos repletos de significados e de intenções modeladoras da opinião pública. Nos fundos arquivísticos da Secretaria Geral do Governo da Colónia (Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde) compulsámos documentos manuscritos dos Reitores que revelam as práticas que conformavam o quotidiano escolar.

## O ensino primário superior

O ensino primário superior (instituído na primeira reforma educativa republicana, 1911<sup>1</sup>) articulava-se ao ensino primário complementar (2 anos), que se seguia ao 1.º grau (3 anos). Na realidade, “como o ensino primário complementar não passou de projecto, acabou por integrar um ciclo preparatório de 2 anos, [que] entretanto se alarga às áreas comercial e doméstica o âmbito do ensino profissional<sup>2</sup>”.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Mindelo, ilha de S. Vicente, em 1911 foi criado o Curso Livre de Ensino Primário Superior, com a duração de três anos, que permitia “aos rapazes que o frequentarem uma bagagem de conhecimentos, que é uma importante ferramenta na prática da vida”<sup>3</sup>. Confirmando a tradição de projetos educativos frustrados, o curso foi extinto em 1914. No artigo intitulado “A espada de

---

<sup>1</sup> Decreto de 29 de março de 1911 (*Diário do Governo*, de 30 de março de 1911, p. 1,343).

<sup>2</sup> Grácio, 1998, p. 59.

<sup>3</sup> *O Progresso*, de 10 de setembro de 1912, p. 4.

Damôcles sobre o curso primário superior”, Augusto Miranda<sup>4</sup> em 1913 refere-se às circunstâncias da sua dissolução num artigo do jornal *O Futuro de Cabo Verde* <sup>5</sup>:

*O Município de S. Vicente, no louvável empenho de interpretar êsse passo do progresso, criou ha dois anos, o Curso Primário Superior, que, com o elementar e complementar, segundo diz o Dr. F. Adolfo Coelho, «estendendo-se ao todo por 8 anos, como a escola popular de diversos países, será a base futura para o ensino industrial e comercial elementar».*

*A actual vereação, vendo cercear-se as receitas camarárias, devido, em parte, à exagerada tributação do Estado sôbre a aguardente da província, não providenciará a tempo, como lhe competia, a despeito de previdentes observações e alvitres de um dos seus ilustres membros, deixando correr o marfim; de modo que o futuro orçamento apresentaria um deficit de cêrca de onze contos, caso se mantivessem todos os encargos presentes.*

*Como o Curso Primário Superior representa uma dessas despesas, foi êle um dos imolados na constituição orçamental do município.*

*É certo que a vereação propõe a criação de duas escolas infantis e de um liceu hipotético, em substituição do Curso.*

*Francamente: discordamos muito dessa opinião. Quanto àquelas, não é mau o plano: mas seria melhor criarem-se duas escolas de instrução primaria elementar e complementar, pois as três oficiais e municipais desta natureza teem uma frequência superior a 330 alunos, e a infantil contem cêrca de 130 crianças.*

O Plano Orgânico da Instrução Pública de Cabo Verde (1917) organizou o ensino primário em três graus, “compreendendo as matérias dos programas do ensino primário elementar, complementar e superior adoptados na metrópole, com a necessária adaptação do ensino agrícola e cívico e com maior desenvolvimento do da língua portuguesa e da história e geografia caboverdeanas” <sup>6</sup>. O ensino primário superior era ministrado em duas escolas, uma na Praia [ilha de Santiago] e outra em São Nicolau no edifício do extinto seminário <sup>7</sup>.

Em conformidade com as fontes consultadas, o ensino primário superior era socialmente prestigiado, sendo percebido como o patamar inicial do ensino secundário com uma componente vocacional. É elucidativo o facto de a *Estatística Geral da Província de Cabo Verde* considerar os estudantes deste nível de ensino, como alunos de «instrução secundária» (Quadro 1).

---

<sup>4</sup> Augusto Miranda foi professor do ensino primário e do ensino liceal em Cabo Verde e colaborou em vários jornais do arquipélago. Foi um paladino da educação e defensor da existência de um liceu na colónia. (Oliveira, 1998, p. 768)

<sup>5</sup> *O Futuro de Cabo Verde*, de 22 de novembro de 1913, p. 5.

<sup>6</sup> Artigo 3º do Decreto nº 3.435, de 8 de outubro de 1917.

<sup>7</sup> O Seminário Eclesiástico da Diocese de S. Nicolau foi criado por Decreto de 3 de setembro de 1866.

Total geral			Total		Alunos internos								
Classe	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Matriculados	Examinados	Total	Branca	Mista	Preta	Total	Distintos	Aprovados	Adiados
1 <sup>a</sup>	56	20	-	56	20	56	7	16	33	56	8	12	36

TABELA 1 | Alunos de «instrução secundária» examinados na Escola Primária Superior da Praia, 1918<sup>8</sup>

Na opinião de Rogério Fernandes (2008), “as Escolas Primárias Superiores [que] originalmente pretendiam ser um ensino polivalente, integrando a preparação académica para o prosseguimento de estudos e objectivos de natureza profissionalizante (...), passaram a assumir sobretudo o carácter de escolas técnicas”<sup>9</sup>.

### Ensino liceal *versus* ensino profissional

Referindo-se ao sistema escolar português, Sérgio Grácio (1998) considera que o nível superior do ensino primário, que foi concebido para benefício das classes populares, coexistia ao lado de um ensino liceal reservado a uma minoria.

Em Cabo Verde, até 1917, além do ensino primário superior, vigorava apenas o ensino liceal eclesiástico ministrado no Seminário de S. Nicolau. O ensino liceal laico era uma aspiração da elite letrada da colónia.

Na imprensa da época encontramos representações diferenciadas do ensino liceal, que se destinava a “gente de carteira, de pena, cérebros cultos, intelectualidades preparadas, doutores, oficiais, chefes, patrões, comités tudo nos pode vir de fora” e do ensino profissional, próprio para “*cargos subalternos* e baixos misteres, que ficam muito bem aos homens de nossa raça e nossa cor”<sup>10</sup>.

### Dualidade: o ensino liceal e o ensino profissional

Pela Lei nº 701, de 13 de junho de 1917 foi criado o Liceu Nacional de Cabo Verde, “um instituto de educação laica, livre do espírito religioso, em todos os tempos,

<sup>8</sup> Estatística Geral da Província de Cabo Verde, 1920, p. 19.

<sup>9</sup> Apud Araújo, 2000, p. 178.

<sup>10</sup> *A Voz de Cabo Verde*, 20 de setembro de 1915, p. 2.

caracterizadamente convenientista e despótico”<sup>11</sup>. O contexto da criação do liceu está patente nos artigos 1º e 2º do diploma que o criou:

*Artigo 1º São extintas na Província de Cabo Verde as escolas praticas de aprendizagem, criadas pelo decreto de 18 de Janeiro de 1900, exceptuando a escola profissional da arte marítima e de pesca. É também extinta a oficina em S. Vicente, criada pelo decreto de 19 de Junho de 1900; e fica igualmente extinto o seminário que funciona na ilha de S. Nicolau.*

*Art. 2.º Em substituição das escolas, da oficina e do seminário, mencionados no artigo anterior, é criado um liceu segundo as disposições da presente lei.*

*§ 1º Este liceu funcionará, provisoriamente no edifício do seminário extinto, aproveitando-se o respectivo material escolar. No mesmo edifício, funcionarão as aulas do curso profissional, consignadas nesta lei.*

No mesmo ano, o Plano Orgânico da Instrução Pública delimitou as fronteiras do ensino secundário (confinado ao liceu) e do ensino profissional (dedicado à arte marítima, industrial e agrícola), conforme os artigos 11º e 14º do Decreto nº 3.435 de 8 de outubro de 1917:

#### *Do ensino secundário*

*Art. 11º. O ensino secundário é ministrado no Liceu Nacional criado pela Lei nº 701, de 13 de junho de 1917, com sede em S. Vicente.*

*§ único. O curso liceal será a reprodução exacta do curso geral dos liceus metropolitanos, com exclusão do ensino de alemão.*

*(...)*

*Art. 17º. O ensino profissional compreende o da arte marítima, o industrial e o agrícola.*

*§ 1º. O ensino profissional da arte marítima será ministrado na capitania dos portos, em S. Vicente, em uma escola de pilotagem e em uma escola profissional de aprendizagem da arte marítima e da pesca.*

*§ 2º. O ensino profissional industrial será ministrado numa escola profissional com sede na Praia.*

*§ 3º. O ensino profissional agrícola será ministrado em duas escolas práticas móveis, uma para o grupo das ilhas de Sotavento e outra para o de Barlavento.*

---

<sup>11</sup> A Voz de Cabo Verde, de 2 de julho de 1918, p. 1.

## Complementaridade do ensino liceal e do ensino profissional

Na colónia foram ensaiadas modalidades de ensino profissional agregadas ao currículo do ensino liceal. O Reitor do Liceu Nacional de Cabo Verde, em 1919, propôs ao Conselho de Instrução Pública a criação da cadeira de Escrituração e Contabilidade Comercial, que poderia ser ministrada para os alunos do liceu como para “estranhos”, conforme documento que se transcreve:

*Tendo a experiência demonstrado a necessidade do ensino comercial nesta província, o qual convêm, entretanto, estabelecer em moldes essencialmente práticos, o signatário tem a honra de propor a criação de uma cadeira de Escrituração e Contabilidade Comercial anexa ao Liceu Nacional de São Vicente, que funcionará em dias alternados e a cuja matrícula serão admitidos, facultativa e gratuitamente, tanto os alunos do mesmo Liceu como os estranhos que possuam pelo menos os exames de instrução primária de 1.º e 2.º grau. O curso será de dois anos. A propina de 4\$00 será paga metade (2\$00) no acto da abertura da matrícula e a outra metade no acto do encerramento. Os alunos pobres serão dispensados do pagamento da propina. O professor terá o vencimento de exercício anual de 600\$00 pago por décimos de 60\$00 mensais, e que sairá da verba de Despesas de Instrução Pública.*<sup>12</sup>

O modelo híbrido de ensino (via liceal com franjas de uma cultura técnica básica) tentava conciliar as aspirações da elite crioula (ascensão social pela via da educação) e as necessidades pragmáticas do incipiente tecido laboral da cidade de Minsdelo (empregados comerciais, escriturários e operários). A lógica de resignação social é perceptível no projecto de criação de um Curso Elementar do Comércio no Liceu Nacional de Cabo Verde, no ano de 1922:

*A maior parte da frequência desta escola é constituída por alunos, filhos de famílias pobres, ou mal remediadas, que procuram ilustrá-los o mais possível, sem poderem, contudo, aspirar a vê-los completar cursos superiores, que acarretam consigo despesas que não podem arcar.*

*Esses estudantes, na escassês dos seus recursos, limitam-se a ambicionar enfileirar-se nos quadros do funcionalismo da Província, ou a seguir a vida comercial.*

*Os que se destinam a esta última carreira, mal preparados saem do Liceu, cujo curso não habilita para especialidade alguma, preparando, apenas, os alunos para a frequência de outros estudos mais desenvolvidos.*

*Atendendo à situação destes, procurando tornar mais benéfico e mais completo o aproveitamento de todos os que frequentam esta instituição de ensino e garantindo aos que, por ocupações diárias, não podem frequentá-lo, o estudo da*

---

<sup>12</sup> Proposta de 1 de novembro de 1919, Fundo da Secretaria Geral do Governo, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.

*sciencia comercial, e porque não há nesta colónia uma escola de comércio, tenho a honra de apresentar a seguinte proposta ao esclarecido Conselho de Instrução Pública:*

*Para atender às necessidades da população escolar de Cabo Verde, e para facultar aos que procuram habilitar-se e instruir-se, o ensino da sciencia comercial, proponho que, enquanto não é criada na Província de Cabo Verde uma escola comercial e industrial;*

*Seja criado no Liceu Nacional um curso elementar de comércio, em dois anos, com frequência livre;*

*Que o curso se componha de três cadeiras, a saber: 1ª cadeira – escrituração e contabilidade comercial; 2ª cadeira – língua francesa; 3ª cadeira – língua inglesa.*

### Grandezas distintas, ensinos distintos

Viviane Isambert-Jamati (1990), num estudo sobre as reformas do ensino em França, refere-se à existência de vários tipos de inteligência: “l’enseignement classique pour l’intelligence théorique (celle des «biens doués»), l’enseignement moderne ou technique pour les intelligences pratiques, l’enseignement primaire de fin d’études pour les faibles intelligences”. A autora de *Les savoirs scolaires* acrescenta que “les biens doués ont besoin d’être entre eux pour que l’enseignement soit à leur niveau, [...] ils sont capables de comprendre des notions plus difficiles, mai ils éprouvent pour elles de l’intérêt, et se stimulent donc les uns les autres”<sup>13</sup>.

José Manuel Resende (2003), na obra *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*, opõe “à multifuncionalidade admitida pelos dirigentes políticos para a vida dos grupos escolares economicamente mais consistentes [...], a unifuncionalidade [...] dos que eram assinalados como gente simples”<sup>14</sup>. A escola era dimensionada em duas grandezas:

*Para os simples, uma educação muito codificada, seguida de uma instrução pouco codificada; para os grandes, uma educação codificada, quanto baste, mas seguida de uma instrução segura, intensa e extensamente codificada.*

*Esta forma de julgamento da vida, das necessidades e das aspirações desta gente simples, diria mesmo simplória – sem grandes rasgos de inteligência, de formas de pensamento autónomo, de grandes exigências –, colocava os populares numa*

<sup>13</sup> Isambert-Jamati, 1990, p. 29.

<sup>14</sup> Resende, 2003, p. 349.



*segunda grandeza. Era a grandeza dos mais pequenos, com a sua dignidade própria (...).*

*Em termos de medida, as duas grandezas distinguem-se, uma vez que os seus valores não eram compatíveis. Havia entre elas uma hierarquia e a segunda grandeza respeitava essa divisão, onde as duas grandezas não se misturavam entre si.”<sup>15</sup>*

Eusébio Tamagnini, Ministro da Instrução Pública de Portugal<sup>16</sup> pretendia colocar ordem na coabitação das duas “grandezas”, ao decidir “pôr fim a esta superprodução legal de forças intelectuais [...], porque dá origem a esta multidão de semiproletários, uns saídos da massa operária e que jamais se tornarão burgueses, outros vindos do alto e que nunca se resignarão à sorte de simples trabalhadores, todos profundamente isolados e inclinados à revolta”<sup>17</sup>. Nesta perspectiva para a “gente simples”, como o sujeito colonizado, dever-se-ia optar pelo ensino técnico-profissional, em detrimento do liceal que “cria liceantes cursados inadaptáveis, na maioria, à vida”<sup>18</sup>.

Em sentido contrário, João Gomes da Fonseca (1931)<sup>19</sup>, no artigo “Escolas profissionais”, defendia o ensino liceal apesar das críticas à deficiente preparação dos alunos, “que irão pejar os quadros do funcionalismo público”:

*Pode parecer estranho a muitos e até para alguns talvez seja classificado de imprevidência que ao enunciarmos os fins a que deve tender o ensino profissional em Cabo Verde, não tenhamos mencionado o tão explorado e já célebre descongestionamento do Liceu Infante D. Henrique; a razão é simples: é que a nosso ver esse congestionamento não existe.*

*De facto numa terra em que a população é de aproximadamente 150:000 habitantes, não pode dizer-se que esteja congestionado um liceu, com frequência média anual de 250 alunos, isto é, 1 por cada 600 habitantes.*

*De resto, ensino profissional e ensino liceal são duas coisas absolutamente diferentes, usando métodos diversos e campos perfeitamente distintos e bem definidos.*

*É vulgar dizer-se, e mais de uma vez o tenho lido em documentos oficiais, que a existência do Liceu creará no futuro uma classe de indivíduos que por não terem prosseguido os estudos superiores de que o ensino liceal é base, se encontrarão mal preparados para a luta pela vida e irão pejar os quadros do funcionalismo*

---

<sup>15</sup> Resende, 2003, pp. 349-350.

<sup>16</sup> Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação foi Ministro da Instrução Pública de Portugal de 23 de Outubro de 1934 a 18 de Janeiro de 1936.

<sup>17</sup> Grácio, 1998, p. 109.

<sup>18</sup> *Notícias de Cabo Verde*, de 8 de dezembro de 1934.

<sup>19</sup> João Gomes Fonseca foi director dos Serviços de Obras Públicas de Cabo Verde. Colaborou no *Boletim da Agência Geral das Colónias* e nos periódicos *Notícias de Cabo Verde* e *O Eco de Cabo Verde*. (Oliveira, 1998, p. 734)

*público; é verdade que assim será, mas não é menos verdade, todos os sabem bem e os factos o confirmam, que esses indivíduos iriam da mesma forma ocupar os lugares públicos se não tivessem frequentado o Liceu Infante D. Henrique. Ora do mal, o menos e mais vale ter funcionários com os conhecimentos gerais que lhe ministra o Liceu do que ignorantes e inaptos como tantas vezes sucede.*<sup>20</sup>

Às tentativas de substituição do liceu por uma Escola-de-Artes-e-Ofícios, “porque, diz-se, é preciso que se prepare a mocidade caboverdeana para que possa ser praticamente útil à nação em todos os campos da sua vitalidade”, Mário Leite (1935)<sup>21</sup> respondia com a seguinte declaração: “Se os que nos governam querem que tenhamos bons agricultores, bons industriais e bons artistas, dêem-nos escolas próprias, não nos tirando, todavia, o liceu. Precisamos do liceu”<sup>22</sup>.

A intenção de extinguir o liceu em Mindelo e substituí-lo por “uma Escola Industrial e Comercial de S. Vicente, onde se ministrarão os ofícios de serralheiro, carpinteiro-marceneiro, costura e bordados e curso do comércio”<sup>23</sup>, provocou a indignação de Augusto Miranda (1937):

*Com que autoridade, com que razão plausível, com que justiça ou equidade, se pretende, ao que nos consta, menosprezar ou amesquinhar a população de Cabo Verde, sugerindo ou propondo a transformação do Liceu do Infante D. Henrique em uma escola comercial e outra de artes e ofícios?*<sup>24</sup>

Na crónica “O Liceu é uma conquista perdurável...”, o professor Augusto Miranda (1938) colocou em causa o valor da educação técnica que, “nunca foi, nem será a divindade das terras civilizadas a não ser com as características de novo Moloch, como a está divinizando a Rússia soviética”<sup>25</sup>.

## O ensino técnico e vocacional

A oferta de programas de formação vocacional passou por estratégias diversificadas de iniciativa privada e pública. Um dos cenários defendido por Jaime de

---

<sup>20</sup> *Notícias de Cabo Verde*, de 6 de agosto de 1931.

<sup>21</sup> Mário Leite foi poeta, prosador e jornalista. Foi fundador das revistas literárias *A Esperança* (S. Nicolau) e *Orvalho* (Santo Antão). (Oliveira, 1998, pp. 745-746)

<sup>22</sup> *Notícias de Cabo Verde*, de 15 de fevereiro de 1935.

<sup>23</sup> Art. 29º, Decreto 28.114, de 26 de outubro de 1937.

<sup>24</sup> *Notícias de Cabo Verde*, de 1 de fevereiro de 1937.

<sup>25</sup> *Notícias de Cabo Verde*, de 1 de fevereiro de 1938.

Figueiredo (1950) <sup>26</sup> implicava o faseamento da formação técnica em rudimentar e avançada, sendo “a iniciação técnica nos estabelecimentos existentes [...], e a maior ainda só a instalar num futuro próximo mediante a concessão de bolsas de estudos”<sup>27</sup>.

No ano de 1955, cumpriu-se o desígnio, tantas vezes renunciado, da fundação de uma escola técnica em Cabo Verde. O mesmo diploma<sup>28</sup> que criou uma Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, instituiu a Escola Técnica Elementar em Mindelo:

*Mais do que em qualquer outra era da história, a vida actual exige preparação e educação formadora. Sem técnicos e bons profissionais não é possível progredir e satisfazer as múltiplas necessidades da economia moderna que se processa e desenvolve num campo vasto e complexo. A vida económica é fundamental para a sobrevivência da e progresso de um povo. As profissões ligadas à produção e circulação da riqueza são assim da mais alta importância para a colectividade. Valorizá-las constitui dever do Estado. A missão deste exerce-se através de instrução técnica adequada e com a protecção do trabalho e reconhecimento da sua dignidade.*

*Há uma concepção nova do homem económico que assenta na cooperação de todos os que fazem parte da comunidade. Tem uma ética que se consubstancia na realização de justiça social. A ideia corporativa domina-o na elevação do trabalho e do trabalhador, feita em paz, harmonia, interdependência e compreensão de interesses. O bem da empresa conjuga-se ou identifica-se com o do trabalhador. (...)*

*Está a providenciar-se para que dentro em breve comece a funcionar o primeiro estabelecimento de ensino técnico da província, da qual se esperam os mais benéficos efeitos. A Escola Técnica Elementar de Mindelo tem de ser acarinhada e bem compreendida por todos. Como órgão novo do ensino da província tem de estruturar-se devidamente e com prudência.*

*Convém averiguar desde já qual o possível número de alunos do primeiro ano escolar a fim de as instalações corresponderem tanto quanto possível às exigências de ensino. Além disso, importa estudar a protecção que deve ser dada ao novo curso <sup>29</sup>.*

Oliveira Boléo na crónica “A escola industrial e comercial do Mindelo – seu presente e futuro” definiu o perfil do aluno do ensino técnico:

---

<sup>26</sup> Jaime de Figueiredo era funcionário público, pintor e ensaísta. Autor da capa do livro de poesias *Diário de António Pedro*. Colaborou no *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* e do *Arquipélago*. (Oliveira, 1998, pp. 745-746)

<sup>27</sup> *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, outubro de 1950.

<sup>28</sup> Decreto nº 40.198, de 22 de junho de 1955.

<sup>29</sup> Portaria 5.005, de 2 de junho de 1956.

*Três anos após o ciclo preparatório, se escolheu a carreira industrial, ele fica qualificado numa profissão, que poderá ser a de serralheiro-mecânico, a de montador electricista, etc. Já poderá ganhar a vida, mas, se quiser, pode frequentar a escola mais um ano, e obter uma especialidade, isto é, tornar-se mecânico de automóveis, afinador de máquinas, rádiomontador, etc.* <sup>30</sup>

Após afirmar “que causa alguma tristeza, ou mesmo inquietação, irmos encontrar – como nós encontramos – caboverdianos com o 5º e o 6º ano do liceu a cortar cana do açúcar em Angola, ao lado de boçais indígenas, ou do mesmo modo em S. Tomé no tratamento do cacau”, Oliveira Boléo anteviu a possibilidade de Cabo Verde exportar técnicos “para o Ultramar, para o Brasil, para o Canada, para os Estados Unidos, para onde o destino os encaminhar, mas tecnicamente preparados para enfrentar a aventura, do modo a honrar o seu nome e o da Pátria a que pertencem”<sup>31</sup>.

O crescimento da frequência escolar da Escola Técnica Elementar justificou a sua promoção a Escola Industrial e Comercial<sup>32</sup>, conforme “as necessidades escolares da província de Cabo Verde, pelo que respeita a estudos subsequentes à instrução primária”. A Escola Industrial e Comercial de Mindelo ministrava o ciclo preparatório e cursos industriais: formação de serralheiro, carpinteiro, marceneiro e montador electricista; cursos comerciais: geral de comércio e formação feminina.

Com a instalação da Escola Técnica prevaleceu a tese de *lógicas distintas – ensinamentos distintos*. Os ensinamentos liceal e técnico serviam duas populações escolares com destinos sociais “já predestinados previamente, ou melhor, de acordo com a lei natural”<sup>33</sup>. De um lado, o ensino liceal que – nas palavras de Baltasar Lopes da Silva<sup>34</sup> – exerce a função instrumental ao serviço de uma das forças que me parecem caracterizar o arquipélago: a chamada mobilidade vertical, a qual facilita sobretudo a promoção

---

<sup>30</sup> Segundo Oliveira Boléo, “Se em vez de tirar a especialidade, [o aluno] quiser prosseguir estudos, após aprovação na Secção Preparatória e exame de admissão, entrará nos Institutos Industriais. Então, pode aí diplomar-se, ao fim de quatro anos, por exemplo como Condutor de Obras Públicas e Minas, mas se o seu objectivo é chegar a um curso superior, bastam-lhe dois anos do Instituto Industrial e exame de aptidão ao Instituto Superior Técnico” (*Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, setembro de 1958).

<sup>31</sup> *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, setembro de 1958.

<sup>32</sup> Decreto 41.604, de 1 de maio de 1958.

<sup>33</sup> Resende, 2003, p. 539.

<sup>34</sup> Baltasar Lopes da Silva, licenciado em Filologia Românica e Direito pelas Faculdades de Letras e Direito da Universidade de Lisboa, foi professor e reitor do Liceu de S. Vicente (1949 e 1951; 1952-1960; 1965-1969). Foi, com Manuel Lopes e Jorge Barbosa, fundador (1936) e colaborador da revista *Clareza*. Filólogo, poeta e ficcionista, na poesia usou o pseudónimo Osvaldo Alcântara. O seu romance mais conhecido é *Chiquinho* (1947). Dedicou-se ao estudo e defesa do crioulo e escreveu *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde* (Lisboa, 1957). Publicou o folheto *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Publicou *Cântico da manhã futura* (Praia, 1986), *Os trabalhos e os dias* (Lisboa, 1987). Figura em várias antologias literárias. (Oliveira, 1998, pp. 796-798)

social, sem os desajustamentos, tanta vez dolorosos, que acompanham o fenómeno”<sup>35</sup>. Do outro lado, o ensino técnico que – segundo Oliveira Boléo – “oferecia a possibilidade, a quem o cursa, de poder ir ficando pelo caminho, mas com um diploma ou qualificação profissional, que lhe permite a rápida integração nas actividades da vida, ganhando para a sua sustentação, tornando-se uma célula útil na sociedade”<sup>36</sup>.

Para a inteligibilidade das representações do destino social associado ao padrão de ensino importa conhecer as conclusões do debate em torno da “importância dos valores espirituais no panorama cabo-verdiano” (conferência de Francisco Lopes nos *Colóquios Cabo-verdianos*, 1959)<sup>37</sup>:

- 1) *As condições de formação das elites cabo-verdianas não são satisfatórias em relação às aspirações actuais.*
- 2) *O liceu, apesar de não ter uma orientação específica cabo-verdiana, tem servido de base à formação de uma consciência local, de que o grupo «Clareza» é um exemplo.*
- 3) *A intelectualidade cabo-verdiana tem tido uma feição acentuadamente literária, e carece de indivíduos com uma formação técnica que ajudem à solução dos problemas locais.*
- 4) *As correntes literárias propagam-se facilmente e não exigem uma formação especial, mas os técnicos não se fazem de um momento para outro. A exigência de organismos especiais e de laboratórios capazes de fornecer uma preparação especializada impede que se obtenha uma rápida solução do problema.*<sup>38</sup>

Não obstante a matriz educativa do cabo-verdiano ter evidenciado uma “feição acentuadamente literária” e a falência da “formação técnica” persistiu na colónia a tendência de valorização do ensino liceal. A grandeza da missão atribuída ao ensino técnico, que contrasta com os débeis resultados conseguidos, contribuiu para a mitificação das escolas técnicas, que, na perspectiva de António Nóvoa (2005) são “(recordadas ainda hoje com grande nostalgia e sempre consideradas a «receita milagrosa» para resolver a crise do ensino”.

---

<sup>35</sup> In O Arquipélago, de 12 de outubro de 1967.

<sup>36</sup> Boleo, setembro de 1958, p. 14.

<sup>37</sup> Os Colóquios Cabo-verdianos, organizados pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais, “tiveram como objectivo pôr em equação a maioria dos problemas que dizem respeito a Cabo Verde”. Na organização destacaram-se Nuno Miranda e Manuel Ferreira. Por ordem cronológica, pronunciaram conferências as seguintes individualidades: Manuel Lopes, Gabriel Mariano, Manuel Ferreira, Nuno Miranda, Luiz Terry, Almerindo Lessa, Francisco Lopes e Bacellar Bebiano. (Dias, 1959, p. IX)

<sup>38</sup> *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, março de 1960.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE CABO VERDE

*Proposta* de 1 de novembro de 1919, Fundo da Secretaria Geral do Governo [A1/L.4/Cx. 666).

#### LEGISLAÇÃO

*Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional (Decreto de 3 de setembro de 1866, Decreto de 29 de março de 1911, Decreto nº 3.435 de 8 de outubro de 1917, Portaria de 12 de março de 1924, Decreto nº 28.114 de 26 de outubro de 1937, Decreto nº 40.198, de 22 de junho de 1955, Portaria nº 5.005, de 2 de junho de 1956, Decreto nº 41.604, de 1 de maio de 1958).

*Diário do Governo de Portugal* (Decreto de 29 de março de 1911).

#### IMPrensa PERIÓDICA

*A Voz de Cabo Verde: Semanário democrático dedicado aos interesses da província de Cabo Verde* (20 de setembro de 1915 e 2 de julho de 1918).

*Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional (outubro de 1950, setembro de 1958, março de 1960).

*Notícias de Cabo Verde: Quinzenário regionalista independente*. Mindelo: Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda (6 de agosto de 1931, 8 de dezembro de 1934, 15 de fevereiro de 1935, 1 de fevereiro de 1937, 1 de fevereiro de 1938).

*O Arquipélago*. Praia: Centro de Informação e Turismo (12 de outubro de 1967).

*O Futuro de Cabo Verde: Semanário independente defensor dos interesses do arquipélago*. Praia: Sebastião M. Moreira. (22 de novembro de 1913).

*O Progresso: Semanário republicano dedicado aos interesses de Cabo Verde*. Praia: Empresa O Progresso (10 de setembro de 1912).

### BIBLIOGRAFIA

Araújo, Helena Costa (2000). *As pioneiras da educação. As professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências (1870-1933)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Dias, Jorge (1959). Prefácio. In *Colóquios cabo-verdianos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Grácio, Sérgio (1986). *Política educativa como tecnologia social: As reformas do ensino técnico de 1948 a 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.

Grácio, Sérgio (1998). *Ensinos técnicos e políticas em Portugal*. Lisboa: Edições Piaget.

Isambert-Jamati, Viviane (1990). *Les savoirs scolaires: Enjeux sociaux des contenus d'enseignement et de leurs réformes*. Paris: Editions Universitaires.

Nóvoa, António (2005). *Evidentemente. Histórias da educação*. Porto: Porto Editora.

Oliveira, João Nobre de (1998). *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau.

Resende, José Manuel (2003). *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.